

Conceitos para a Construção de uma Concepção de Educação Profissional Comprometida com a Formação Humana

Disciplina: Políticas de Educação Profissional (PPE6414)

Profa. Responsável: Diovana Napoleão

Escola de Engenharia de Lorena EEL-USP

Departamento de Ciências Básicas e Ambientais

Conceitos para a Construção de uma Concepção de Educação Profissional Comprometida com a Formação Humana

1- Formação Humana Integral que sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão do trabalho entre:

-a ação de executar;

-e a ação de pensar (dirigir ou planejar)

2-Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura discute-se o trabalho nos seus sentidos ontológicos e histórico, como processo de formação do ser humano e de apreensão da realidade a fim de adaptá-la a si e a transformá-la.

Trabalho é abordado como princípio educativo, a orientar um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana. Desta forma a educação profissional não é ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócioprodutivas da sociedades modernas.

Conceitos para a Construção de uma Concepção de Educação Profissional Comprometida com a Formação Humana

1-FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

- ✓ **Garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado à sua sociedade política;**
- ✓ **Neste sentido o trabalho é abordado como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia do trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo**

2-O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

- ✓ **O trabalho como princípio educativo é correspondente a base para organização e desenvolvimento curricular (conteúdos e métodos);**
- ✓ **Neste sentido a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas das sociedades modernas, auxiliando pessoas para o exercício autônomo e crítico das profissões.**

**A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97**

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

- ✓ Desde 1996, a articulação entre as iniciativas de Educação Profissional desenvolvidas pelos diferentes setores sociais foi assumida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Tal estratégia gerou formas de organização, gestão e financiamento, que serão apresentadas a seguir.

1- ENTIDADES COMPONENTES DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- ✓ A educação profissional se efetivou em uma vasta rede diferenciada, composta por:
 - pelo ensino médio e técnico (rede federal, estadual, municipal);
 - pelo Sistema S (Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social: Senai/Sesi (indústria), Senac/Sesc (comércio e serviços), Senar (agricultura), Senat/Sest (transporte), Sebrae (micro e pequenas empresas), SESCOOP (cooperativas de prestação de serviços);
 - por universidades públicas e privadas;
 - por escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores;
 - por escolas e fundações mantidas por grupos empresariais;
 - por organizações não governamentais (cunho religioso, comunitário e educacional);
 - pelo ensino profissional concentrado em centros urbanos e pioneiros na formação a distância

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

Tabela 1- Estimativa da capacidade/oferta anual de Educação Profissional no Brasil

Redes/sistemas	Formação ofertada/nível	Unidades (mil)	Matrícula (milhões)	Recursos
a) Universidades públicas e privadas	GRA, PG, EXT, EJA/S, EP/TL	1,1	2,4	R\$ 22,6 bilhões
b) Ensino médio/técnico e supletivo, público (federal, estadual e municipal) e privado	EB/M, EJA/S, EP/B, EP/T	18,6	10,8	R\$ 7,2 bilhões
c) Sistema S (exceto Sebrae e SESCOOP)	EJA/S, EP/B, EP/T, EP/TL	2,7	5,4	R\$ 4,2 bilhões
d) Empresas e/ou entidades empresariais (além do Sistema S)	EJA/S, EP/B, EP/T, EP/TL	2	2,2	R\$ 176 milhões
e) Escolas/centros de sindicatos de trabalhadores	EJA/S, EP/B	0,5	1,6	R\$ 96 milhões
f) Entidades comunitárias, laicas ou religiosas, sem fins lucrativos (ONGs)	EJA/S, EP/B	3	3	R\$ 120 milhões
g) Ensino profissional livre (privado)	EJA/S, EP/B	5	5	R\$ 400 milhões
TOTAL = REP		33,4	30,4	R\$ 34,8 bilhões

EB/M – educação básica – nível médio
EJA/S – educação de jovens e adultos
EP/B – educação profissional – nível básico
EP/T – educação profissional – nível técnico
EP/TL – educação profissional – nível tecnológico
EXT – extensão
GRA – graduação
PG – pós-graduação

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

- ✓ De acordo com os dados da Tabela 1, a rede era composta de 3948 instituições de ensino, sendo 67% mantida pelo setor privado e 33% pelo setor público;
- ✓ O setor privado compreendia diferentes entidades: Sistema S, entidades de ensino profissional, sindicatos de trabalhadores, empresários, ONGs e associações comunitárias;
- ✓ O setor público era integrado pelas redes escolares técnicas mantidas pelas esferas jurídico-administrativas (federal, estadual e municipal)
- ✓ As instituições privadas eram distribuídas pelos 3 níveis: básico 58%, técnico 64% e tecnológico 77%

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

Tabela 2- Cursos, matrículas e concluintes por dependência administrativa, nos três níveis de Educação Profissional

Nível	Dependência administrativa	Cursos		Matrícula		Concluintes - 1º semestre	
		Total	%	Total	%	Total	%
Básico	Federal	1.541	5,6	72.966	3,6	59.757	3,8
	Estadual	889	3,2	120.999	5,9	62.578	4
	Municipal	930	3,4	79.790	3,9	56.495	3,6
	Privada	24.189	87,8	1.771.479	86,6	1.389.058	88,6
	Total	27.555	100	2.045.234	100	1.567.888	100
Técnico	Federal	594	11,8	101.001	14,1	8.821	9,65
	Estadual	1.448	28,9	265.772	37,1	37.339	40,87
	Municipal	268	5,3	37.150	5,2	5.103	5,5
	Privada	2.708	63,9	312.720	43,6	40.095	43,88
	Total	5.018	100	716.652	100	91.358	100
Tecnológico	Federal	74	17,1	10.410	10,7	656	4,64
	Estadual	63	14,5	26.580	27,3	3.680	26,04
	Municipal	7	1,6	988	1	135	0,95
	Privada	289	66,7	59.271	60,9	9.542	67,5
	Total	433	100	97.249	100	14.131	100

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

Em relação à oferta de cursos, os dados do Censo de Educação Profissional apontaram as seguintes informações:

- **Predominância de oferta de cursos na área de serviços: básico (54%), técnico (69%) e tecnológico (74%);**
- **No conjunto de cursos oferecidos tem-se: agropecuária e pesca (3,8%), indústria (34%), comércio (5,8%) e serviços (56%);**
- **No setor de serviços nas áreas de gestão (administração) e de informática, no setor de industrial (alimentos e bebidas);**
- **No nível básico dispunha da oferta de cursos na área industrial (têxtil, mecânica e metalurgia, eletrotécnica e construção civil, informática e administração de negócios);**
- **No nível técnico predominava cursos na área industrial (alimentos/bebidas, eletrotécnica, informática e gestão, contabilidade, administração, secretariado e artes).**

Com relação aos níveis de atendimento, calculados pelos pela relação entre o número de matrículas e o total da população em idade escolar, os dados da Tabela 3 revelam índices baixos de atendimento, especialmente no que à população com menos de 24 anos.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

Tabela 3- Número de matrículas e sua participação no total da população em idade escolar e da população economicamente ativa

Faixa etária	Educação Profissional técnica			Educação profissional tecnológica	
	Número de matrículas	Participação no total da população em idade escolar (%)	Participação no total da PEA (%)	Número de matrículas	Participação no total da PEA (%)
Menos de 20	400680	2,3	4,48	7247	0,08
De 20 a 24	170929	1,19	1,56	16026	0,15
De 25 a 39	114121	0,31	0,38	13325	0,04
De 40 a 49	14921	0,07	0,1	842	0,005
Total	830651	3,87	6,52	37440	0,275

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO

- ✓ Nos anos de 1990, em decorrência das transformações geradas pelos processos de reestruturação da economia, bem como da universalização da informática e dos meios eletrônicos, surgiu a necessidade de mudanças no sistema educacional quanto ao investimento de estratégias de requalificação/qualificação em outros espaços fora da escola;
- ✓ Surgiram projetos e políticas públicas educacionais de nível básico e no Brasil obteve relevância em decorrência da dívida social com a população jovem e adulta associado aos altos índices de analfabetismo;
- ✓ Neste contexto surge o Plano de Qualificação Profissional (PLANFOR) que foi elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho em 1995 e financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO

- ✓ O PLANFOR teve como objetivo principal:
 - o desenvolvimento de ações de educação profissional, buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego da População Economicamente Ativa (PEA);
 - o combater a pobreza e a desigualdade social; assim como elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO

- ✓ **Dentre os objetivos gerais que o PLANFOR se propôs a alcançar, pode-se citar:**
 - **A qualificação ou requalificação de trabalhadores, a partir do desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, propiciando, assim, a inserção ou reinserção no mercado de trabalho**
 - **Melhoria da produtividade bem como elevação da renda pessoal e familiar, e melhoria geral na qualidade de vida das comunidades a que pertençam;**
 - **Elevação do nível de escolaridade, tendo em vista a erradicação do analfabetismo e a ampliação do número de pessoas com, pelo menos, o nível básico de escolaridade;**
 - **Contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais bem como para a preservação da natureza e a construção da solidariedade e cidadania;**
 - **Combate a todas as formas de discriminação, com ênfase para a discriminação de gênero, idade, raça e cor, buscando, assim, a garantia do respeito à diversidade;**
 - **Estímulo à ampliação da oferta de empregos e oportunidades de geração de renda assim como a busca por alternativas de trabalho associativo ou micro e pequenos empreendimentos.**

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO

- ✓ Relacionado à concepção de Educação Profissional e a proposta de seu conteúdo eram consideradas três ideias centrais a serem consideradas:
 - 1ª- A negação da dicotomia entre Educação Básica e Educação Profissional e da sobreposição da segunda pela primeira;
 - 2ª- A formação profissional deveria enfatizar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos básicos voltados para o desenvolvimento do indivíduo;
 - 3ª- O reconhecimento e a valorização dos saberes adquiridos mediante a experiência do trabalho.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/97

2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO

- ✓ Quantitativamente os relatórios do PLANFOR estimam o seguinte resultado:

Tabela 4- População treinada pelo PLANFOR

	Treinandos (milhões)	% da PEA	Treinandos (milhões)	% da PEA	Treinandos (milhões)	% da PEA
Resultados						
1995	0,1	-	3,4	5	3,5	5
1996	1,2	2	3,9	5	5,1	7
1997	2	3	4,5	6	6,5	9
1998	2,3	3	5	7	7,3	10
1999	2,7	3	7,7	9	10,4	12
2000	3,4	4	8,1	10	11,5	14
2001	3,6	5	9	12	12,6	17

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

Tabela 5- PLANFOR, pessoas qualificadas e investimentos

Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Pessoas qualificadas (em mil)								
PEQs	153	1.037	1.885	2.012	2.015	2.546	2.885	12.532
Parcerias	-	5	117	309	648	875	715	2.669
Total	153	1.198	2.001	2.321	2.663	3.421	3.600	15.357
Investimentos (R\$ milhões)								
PEQs	28,2	217,1	320,6	326,9	247,9	304,3	335,7	1.780,7
Parcerias	-	3	27	82	106	132	146	496
Total	28,2	220,1	347,6	408,9	353,9	436,3	481,7	2.276,7
Municípios atendidos								
Total existente no país	-	-	5.507	5.507	5.545	5.547	5.547	5.547
Total atendido pelo Planfor	-	-	2.487	3.843	4.279	3.990	4.825	4.442
Municípios mais pobres* atendidos pelo Planfor	-	-	629	925	1.068	1.007	1.180	1.035

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO

- ✓ **Do ponto de vista qualitativo, o PLANFOR incentivou o desenvolvimento de experiências educativas que podiam ou não combinar com a Educação Profissional e será citado alguns exemplos:**
 - 1- Integrar da CUT, reconversão profissional e certificação do 1º grau**
 - 2- Proalfa: alfabetização de jovens e adultos**
 - 3- Projeto Toriba: profissionalização e supletivos de 1º e 2º graus para jovens em situação de risco**
 - 4- Supletivo profissionalizante**
 - 5- Programas educacionais para grupos afro-indígenas**
 - 6- Programas de qualificação para preservação cultural e ambiental**

O PLANFOR teve sua vigência até o ano de 2002, sendo substituído, a partir de 2003, pelo Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

3- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO: A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

- ✓ As iniciativas da educação profissional estavam vinculadas a entidades do governo federal, estadual e municipal;
- ✓ Cada subsistema tem características diferentes, constituindo períodos históricos diferentes devido a pressões e articulações dos grupos de interesse que participaram da sua ideação e construção;
- ✓ No estado de São Paulo, o ensino profissional adquiriu, desde o século XX, um desenvolvimento maior, impulsionado pelos interesses vinculados aos industrialistas;
- ✓ Na maioria das unidades da Federação, as iniciativas públicas ficaram dependentes do governo federal e outras do governo estadual, não sendo possível considerar um sistema público único e homogêneo;
- ✓ A histórica ambiguidade do ensino médio, em virtude do caráter propedêutico, desvinculou a formação profissional, sendo entendido como um fator responsável pelo desenvolvimento desigual dos três subsistemas do ensino público, pois as iniciativas das diversas instâncias públicas e suas políticas sofreram pressões diferenciadas por demandas de expansão de matrícula no ensino médio.

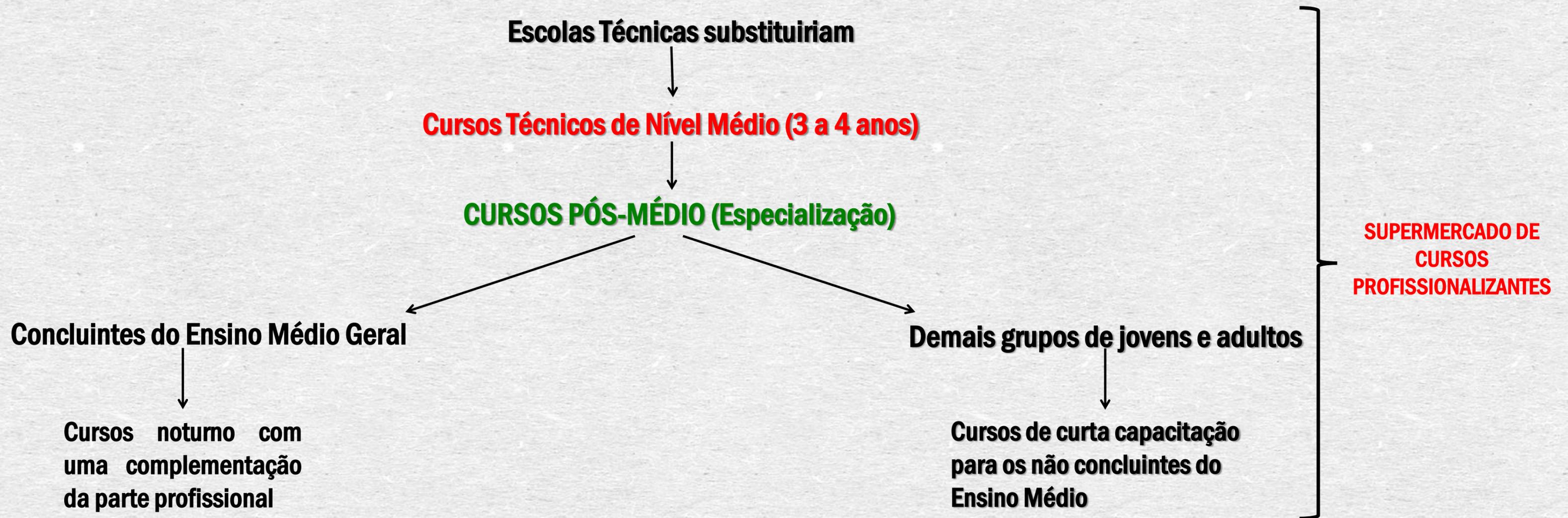
A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

3.1- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO: AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS

- ✓ O sistema de Educação Profissional era integrado por uma rede de escolas de nível médio constituída por: Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de educação Tecnológica;
- ✓ As Escolas Técnicas Federais, em um total de 19 unidades, distribuídas por todo o país, constituíam um sistema de ensino técnico bem estruturado e de destaque no ensino brasileiro;
- ✓ Os Cefets surgiram em 1978 que dispunham sobre uma transformação das escolas técnicas de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro;
- ✓ Ofereciam cursos de nível tecnológico superior de administração, hotelaria, engenharia industrial e de tecnologias (mecânica, petroquímica, elétrica e eletrônica);
- ✓ Com a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (Lei 8.948) previa-se que todas as escolas técnicas federais seriam alçadas à categoria de Cefets.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

3.1- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO: AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS



- ✓ Para garantir a reestruturação o MEC lançou o Programa de Expansão do Ensino Profissional (PROEP) em parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

3.2- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO: AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS

- ✓ Até meados de 1990 de acordo com a lei 5.962/71, as escolas das redes estaduais e municipais contavam com uma estrutura organizativa e curricular homogênea, baseada em disciplinas que compunham a formação geral e em disciplinas específicas (habilitações profissionais);
- ✓ A partir da reforma baseada no Decreto n. 2.208, estados e municípios foram obrigados a modificar a estrutura curricular, com a observação de algumas tendências:
- ✓ i) as secretarias estaduais transformaram as antigas escolas técnicas em escolas de nível médio, sem oferta de cursos profissionalizante;
- ✓ ii) separação entre o ensino médio e o técnico profissionalizante, desarticulando as escolas técnicas preexistente e redefinindo responsabilidades e âmbitos de atuação;
- ✓ iii) novos modelos eram estimulados pelo MEC, denominados Centro de Educação Profissional motivados pelo PROEP.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

3.3- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO: AS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS

- ✓ Considerando o ponto de vista numérico a rede municipal de Educação Profissionalizante era a menor, quando comparada com as redes estaduais e federais;
- ✓ Pouca expressiva na oferta da Educação Profissional de nível técnico e aumentou sua participação a partir da política pública para o desenvolvimento da Educação Profissional incentivada pelo governo federal.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

3.4- A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNOLÓGICO

- ✓ A Educação Profissional é ministrada nas Faculdades de Tecnologia (FATECS) e constituem um projeto que se desenvolveu baseado em dois movimentos estruturantes:
- ✓ i) o esforço governamental de implementar a expansão de cursos universitários de curta duração, nas áreas técnicas (inicialmente Engenharia);
- ✓ ii) a tentativa de se estruturar cursos de menor duração nas áreas de tecnologia de ponta, projeto que se iniciou com os cursos de Engenharia Operacional;

- ✓ Surgiram iniciativas com a ampliação desse tipo de Educação Profissional:
- ✓ i) o governo paulista criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para ministrar cursos de formação de técnicos de nível médio e superior;
- ✓ ii) as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº. 2.208/97

4- O SETOR NÃO ESTATAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- ✓ O setor privado marcou presença na Educação Profissional, mediante iniciativas coordenadas por congregações religiosas, como as escolas salesianas, movimento circulista e empresários mantenedores de escolas profissionais livres;
- ✓ Nas escolas privadas os cursos profissionalizantes são ofertados através do pagamento dos serviços prestados.